



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPJ – VITÓRIA/ES – 27/04/2012
ATA 08/2012

1
2
3
4
5
6
7 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às nove horas, no Hotel Senac Ilha do Boi,
8 sito à rua Bráulio Macedo, 417 – Ilha do Boi - Vitória/ES, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos
9 Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, estiveram presentes os
10 Excelentíssimos Senhores Doutores: Patrícia de Amorim Rêgo, Procuradora-Geral de Justiça do Acre;
11 Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá, Procurador-Geral de Justiça Substituto, representando Eduardo Tavares
12 Mendes, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas; Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do
13 Amapá; Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Aurisvaldo
14 Melo Sampaio, Promotor de Justiça, representando Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral de
15 Justiça da Bahia; Eliani Alves Nobre, Vice-Procuradora-Geral de Justiça do Ceará, representando Alfredo
16 Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procurador-Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim
17 Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Fernando Zardini Antônio,
18 Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo; Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça de Goiás;
19 Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra
20 de Carvalho, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso; Antônio Eduardo Barleta de Almeida,
21 Procurador-Geral de Justiça do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da
22 Paraíba; Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de
23 Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro e Presidente do
24 CNPJ; Maria Auxiliadora de Souza Alcântara, Procuradora-geral de Justiça Adjunta em Substituição,
25 representando Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte; Isabel
26 Guarise Barrios Bidigaray, Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, representando Eduardo de
27 Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Héverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral
28 de Justiça de Rondônia; Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Márcio
29 Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo; Orlando Rochadel Moreira, Procurador-
30 Geral de Justiça de Sergipe; Clenan Renaut de Melo Pereira, Procurador-Geral de Justiça de Tocantins;
31 Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar e Luís Antônio Camargo de Melo,
32 Procurador-Geral do Trabalho. Retomando os trabalhos, Doutor Cláudio Soares Lopes cumprimentou a
33 todos os presentes, e em atendimento ao item 4 da pauta (Acompanhamento dos Processos nos Tribunais
34 Superiores), concedeu a palavra à Doutora Eunice Carvalhido, Presidente do Grupo de Acompanhamento
35 de Processos de Interesse do Ministério Público nos Tribunais Superiores, a qual cumprimentou a todos, e
36 fez questão de inicialmente registrar o inestimável auxílio prestado por Doutor Fernando Zardini, o qual
37 facilitou contato com a Deputada Rose de Freitas, para atendimento de pleito do MP/DFT. Pediu o registro
38 em ata dessa valiosa intervenção do Procurador-Geral do Espírito Santo. Doutora Eunice esclareceu que a
39 última reunião do Grupo de Acompanhamento de Processos contou com a participação de um número
40 expressivo de membros, ocasião em que se discutiu, dentre outras matérias, o tema do foro competente
41 para a ação de improbidade e informou, ademais, que, em entendimento com Doutor Alceu, Presidente
42 do Acompanhamento Legislativo, concluiu que uma das formas de fortalecer a luta contra a PEC 37 seria
43 agendar audiência com os dois Ministros do STF relatores dos processos atinentes ao tema, para que
44 apresentem o voto, a fim de que os processos sejam julgados. Doutora Eunice informou que pediu ao

1 Doutor Christiano Mota (MP/GO), membro do Grupo, que fosse feito um levantamento dos processos
2 dessa natureza. Expôs ainda o dado de que 80% dos recursos do MP são obstados, em sede do juízo de
3 admissibilidade, em face do que será feito um estudo pelos representantes no Grupo de
4 Acompanhamento de Processos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, para subsidiar futuro ofício a ser
5 encaminhado pelo CNPG ao Presidente do STJ, visando ao ajuste dos recursos às regras de
6 admissibilidade. Um outro tema discutido relacionou-se à necessidade de se atentar para a questão da
7 impunidade, não apenas no aspecto da improbidade administrativa, mas também em outros ramos, como
8 o criminal. Ademais, solicitou o envio por cada Estado das ações que tramitam nos Tribunais Superiores,
9 com vistas à construção de um banco de dados com os recursos e com modelos de peças de interposição.
10 Destacou duas ações eficazes oriundas do trabalho do Grupo, quais sejam, a referente à Lei Maria da
11 Penha e à pertinente ao impulso legislativo da Lei Seca. Parabenizou o Procurador-Geral do Pará, Doutor
12 Barleta, pela iniciativa em seu estado que permitiu aos promotores que lidam com improbidade, fazê-lo
13 conjuntamente nos aspectos administrativo e criminal, ao mesmo tempo. Doutor Cláudio agradeceu a
14 intervenção de Doutora Eunice, solicitando a ela que encaminhasse à Presidência o nome dos Ministros
15 com quem deve ser mantido contato. Na sequência, Doutor Oswaldo Trigueiro, Procurador-Geral da
16 Paraíba, fez o encaminhamento de, na próxima reunião do CNPG, ser pautado o tema da prerrogativa de
17 foro, visando, prioritariamente, à uniformização do entendimento do CNPG acerca da matéria. Em
18 seguida, Doutor Cláudio anunciou a presença do Conselheiro do CNMP, Tito Amaral, agradecendo-lhe pela
19 participação nas reuniões do CNPG. O Conselheiro cumprimentou a todos os presentes e trouxe
20 esclarecimentos acerca de julgamento por ele proferido no CNMP. Noticiou, ademais, ser relator do
21 projeto do novo Regimento Interno do CNMP, a ser apresentado na sessão do dia 15 de maio. Esclareceu
22 que uma questão polêmica no Regimento tem sido a questão da substituição nos casos de ausência do
23 Presidente do CNMP, já que atualmente, nessas situações, a Vice-Procuradora Geral da República é quem
24 substitui o Presidente. Doutor Tito relatou que está tentando incluir a regra de substituição pelo decano
25 do Conselho Nacional. Doutora Fátima Travassos, Procuradora-Geral do Maranhão, ponderou se a
26 substituição do Procurador Geral da República pela Vice-Procuradora não seria uma questão de
27 legalidade, haja vista ser o PGR membro nato do CNMP. Dando continuidade aos trabalhos, Doutor
28 Cláudio submeteu ao Colegiado as atas da reunião anterior, ocorrida em Belo Horizonte. As atas foram
29 aprovadas à unanimidade. Na sequência, Doutor Cláudio cumprimentou a Doutora Isabel Bidigaray,
30 representante do Procurador-Geral do Rio Grande do Sul, Doutor Eduardo Veiga, o qual não pôde
31 comparecer à reunião. Em virtude da ausência justificada do aludido Procurador-Geral, foram retirados de
32 pauta os itens 12 (Tutela judicial de direitos fundamentais sociais em Ações Cíveis Públicas. Imposição de
33 políticas públicas pela via judicial. Política penitenciária. Intervenção do CNPG como *amicus curiae*) e 13
34 (Competência originária nas ações de improbidade administrativa. Tese das competências
35 complementares implícitas, adotada pelo Superior Tribunal de Justiça. Intervenção do CNPG como *amicus*
36 *curiae*). Em seguida, em atenção ao item 6 da pauta (GNDH – Assuntos Gerais), fez uso da palavra a
37 Promotora de Justiça (MP/RS) Angela Salton, Secretária do GNDH. Inicialmente, Doutora Angela
38 esclareceu que passaria ao Colegiado algumas postulações e aprovações do GNDH, resultantes da
39 Reunião Conjunta do GNDH ocorrida nos dias 26 a 28 de março de 2012 no MP/RJ. Solicitando um aparte,
40 Doutora Patrícia Amorim, Procuradora-Geral do Acre, sugeriu que as propostas fossem encaminhadas
41 previamente aos Procuradores-Gerais, para que, após detida avaliação, houvesse a deliberação. Na
42 mesma esteira, Doutor Orlando Rochadel, Procurador-Geral de Sergipe, sustentou a necessidade de uma
43 análise mais detida e pormenorizada acerca das matérias sujeitas à homologação do Colegiado do CNPG.
44 Após discussão, ficou decidido pelo Colegiado que as proposições do GNDH seriam encaminhadas

1 previamente aos Procuradores-Gerais, e que a deliberação ocorreria na Reunião de Tocantins, sendo
2 escolhidos como relatores os Procuradores-Gerais Doutor Orlando Rochadel, Doutora Eunice Carvalhido e
3 o próprio Doutor Eduardo Veiga, Presidente do GNDH. Outrossim, restaram aprovados os nomes dos
4 novos coordenadores, vices-coordenadores e secretários das Comissões Permanentes do GNDH, quais
5 sejam, respectivamente: COPEDS: Doutora Maria Roseli Pery, Doutora Isabel Porto e Doutora Carla
6 Carruba; COPEIJ: Doutora Andrea Mismotto Carelli, Doutora Tânia Santiago e Doutora Cesanir
7 Daufembach; COPEPDI: Doutora Rebecca Bezerra, Doutora Cristiane Caminha e Doutor Valberto de Lira;
8 COPEDH: Doutor Paulo Fernando Lermen, Doutor Ádrio Gelatti e Doutora Marluce Oliveira; COPEVID:
9 Doutora Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Doutora Ivana Machado e Doutor Francisco Lima; COPEUC:
10 Doutora Maria Cristina Rocha Pimentel, Doutora Bianca Moraes e Doutora Rosângela da Rosa. Em
11 continuação, Doutor Luís Antônio Camargo de Melo encaminhou um pedido ao Colegiado, referente à já
12 implementada CPI relativa ao Trabalho Escravo Moderno. O Procurador-Geral sugeriu que o CNPG atuasse
13 no enfrentamento dessa questão. Na sequência, assumindo a condução dos trabalhos, Doutor Fernando
14 Zardini encaminhou proposta ao Colegiado de aprovação de Nota de Pesar dirigida ao ex-Procurador-
15 Geral de Justiça de São Paulo, Luiz Antônio Marrey, em virtude do falecimento de sua genitora. Dando
16 continuidade aos trabalhos, em atenção ao item 7 da pauta (Proposta de criação do Grupo Nacional do
17 Meio Ambiente - GNMA), concedeu-se a palavra à Doutora Patrícia Amorim, Procuradora-Geral do Acre, a
18 qual cumprimentou os presentes e iniciou sua fala, ressaltando a ausência de um grupo do CNPG relativo
19 à área ambiental e salientando que sempre se ressentiu de uma maior atenção do CNPG no que tange ao
20 tema, e exemplificou a importância da abordagem coordenada, como se percebeu durante as discussões
21 do Código Florestal, momento em que não houve essa coordenação. Opinou ser este um momento
22 oportuno para a criação de Grupo do Meio Ambiente, no âmbito do esforço de racionalização dos grupos
23 e comissões, adiantando o seu voto, no sentido da necessidade de criação de um *locus* de discussão da
24 matéria ambiental dentro do CNPG. Doutora Fátima Travassos, Procuradora-Geral do Maranhão, relatou
25 que Doutor Fernando Barreto, recém-eleito Coordenador do CONCAUMA, integra o MP de seu estado, e
26 opinou que o CNPG deve trazer para si a ideia proposta por Doutora Patrícia, inclusive para ter
27 conhecimento das discussões que influenciam, inclusive, as iniciativas legislativas na área ambiental.
28 Opinou, portanto, pela aprovação da proposta de criação do Grupo. Na sequência, Doutor Orlando propôs
29 o seguinte encaminhamento: que fosse aprovada a inclusão do tema “meio ambiente”, apenas sendo
30 encaminhado aos relatores responsáveis pela reestruturação dos Grupos do CNPG o pedido de definição
31 da forma a ser adotada para esse *locus* de discussão, a ocorrer posteriormente, no âmbito da aludida
32 reestruturação. A proposta foi aprovada à unanimidade. Após, manifestou-se o Doutor Fernando Barreto,
33 esclarecendo que o CONCAUMA não visa invadir, em nenhum momento, o âmbito das políticas
34 institucionais, daí a importância de o tema ser discutido no âmbito do CNPG, que seria a instância
35 adequada para o estabelecimento das referidas políticas. Dando prosseguimento aos trabalhos, em
36 atenção ao item 10 da pauta (Apresentação do programa “O Promotor e a Comunidade pela
37 Moralidade”), fez uso da palavra a Vice-Procuradora-Geral do Ceará, Doutora Eliani Nobre, a qual
38 cumprimentou a todos os presentes e apresentou ao Colegiado o Promotor de Justiça Doutor Alexandre
39 Pontes Aragão (MP/CE), o qual cumprimentou a todos, agradecendo pela oportunidade, e saudando
40 especialmente o Coordenador da Campanha: “O que você tem a ver com a corrupção?”, Doutor Jairo
41 Moreira, pelo incentivo conferido ao projeto. Esclareceu que o programa teve início em 2005, quando
42 atuava em um município bastante deficiente em indicadores sociais, oportunidade em que surgiu a ideia
43 de ministrar curso à população, com vistas a incentivar o controle fiscalizador social. O curso objetiva
44 desmistificar o exercício do controle social pelo cidadão e levar os conhecimentos necessários para o

1 exercício do referido controle, principalmente os instrumentos técnico-jurídicos, a exemplo da ação
2 popular, da possibilidade de impugnação de processo licitatório e dos conselhos municipais operantes.
3 Outra finalidade do programa é promover uma cooperação da população com o representante do
4 Ministério Público, rompendo com o tradicional isolacionismo do promotor de Justiça do interior. Os
5 cursos são ministrados a um público heterogêneo, e já foi aplicado em seis cidades. O promotor
6 esclareceu que os resultados têm sido bastante promissores. Informou, ainda, que são concedidos
7 certificados aos que comparecem a cinco das sete aulas que compõem o curso. Doutor Alexandre listou
8 diversos resultados exitosos decorrentes da implementação do Programa. Concluiu sua apresentação,
9 colocando-se à disposição dos Procuradores-Gerais para os devidos esclarecimentos sobre o programa,
10 ressaltando a sua pronta exportabilidade para as Unidades Ministeriais interessadas. Doutor Francisco Cruz,
11 Procurador-Geral do Amazonas, parabenizou o promotor pela apresentação, e relatou que iria levar essa
12 experiência para o seu estado, objetivando aperfeiçoar programa de cooperação com a sociedade já
13 desenvolvido no âmbito do *Parquet* amazonense. Proferiu algumas palavras de elogio ao Doutor Zardini,
14 parabenizando-o por toda a sua trajetória funcional. Na sequência, em razão do pedido de exclusão de
15 pauta, pelo relator, Doutor Oswaldo Trigueiro, do item 11 (Apresentação e adesão da Escola Nacional do
16 GNCOC), Doutor Zardini esclareceu, em atenção ao item 14 (Diagnóstico situacional das Ações de
17 Improbidade Administrativa do estado do Espírito Santo), que tal trabalho foi convertido em livro, cujos
18 exemplares serão disponibilizados a todos os Procuradores-Gerais, tão logo sejam entregues pela gráfica
19 contratada. Sobre o item 15 da pauta (Proposta de Uniformização do Processo Eleitoral no Ministério
20 Público), Doutor Zardini explicou que o voto já fora distribuído anteriormente ao Colegiado, esclarecendo
21 que o entendimento esposado seria o da desnecessidade de afastamento do Procurador-Geral que
22 pretenda ser reconduzido ao cargo. Em virtude do término de seu mandato, sugeriu ao proponente da
23 matéria, Doutor Francisco Cruz, que este solicitasse a reinserção do item para a Reunião seguinte, para
24 viabilizar o completo debate sobre a matéria no Colegiado. Doutora Eunice manifestou o privilégio de
25 haver conhecido o Doutor Zardini, externando o seu respeito pela brilhante trajetória pessoal e
26 profissional do referido Procurador-Geral. Doutora Eunice ainda informou que a CONAMP disponibilizou
27 um advogado para atuar como *amicus curiae*. Já havendo sido abordados os itens 16 (Informes da
28 Presidência) e 17 (Assuntos Gerais), nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, sendo
29 por mim, Maria Helena Nunes Lyra, Secretária-Executiva, lavrada a presente ata.

30

31

32

Claudio Soares Lopes

33

Presidente do CNPG

34

35

36

37

Maria Helena Nunes Lyra

38

Secretária Executiva do CNPG